



**Leonardo Nemer
Caldeira Brant,
professor**

CIDADÃO DO MUNDO

O jurista brasileiro Leonardo Nemer Caldeira Brant é um dos principais defensores do Direito Internacional

Contribuir para um sistema mais atuante e efetivo na busca da paz. Esta é a missão do jurista brasileiro Leonardo Nemer Caldeira Brant. Nascido em Minas Gerais, e com ascendência libanesa por parte de mãe, o doutor em Direito Internacional pela Université Paris Nanterre, da França, e graduado em Direito pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), fundou e preside o CEDIN (Centro de Direito Internacional), sediado em Belo Horizonte. Ele ainda é professor associado de Direito Internacional Público da UFMG e adjunto na PUC/Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), além de sócio do escritório de advocacia Nemer & Guimarães. Nesta entrevista à revista Carta ao Líbano, Brant traça um panorama de sua trajetória profissional e realça suas raízes libanesas.

Conte-nos um pouco da sua trajetória, por favor!

Nasci em Belo Horizonte, em 15 de julho de 1966. Minha família materna é de origem libanesa. Os meus avós imigraram de Hadeth Beirute, no início do século 20, para o Rio de Janeiro, e posteriormente se estabeleceram em Ouro Preto, em Minas Gerais. Já minha família paterna tem uma longa ascendência brasileira, que remonta a relevante figura de Felisberto Caldeira Brant, contratador de Diamantina, e seu neto de mesmo nome, o marquês de Barbacena. Em dezembro de 1991 me formei na Faculdade de Direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), e no início de 1994 terminei o mestra-

do na mesma faculdade. Logo em seguida, no mesmo ano, me tornei um dos mais jovens professores da instituição.

Em 1995, fui agraciado com uma bolsa de estudos do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para realizar o Doutorado em Direito Internacional na Universidade Paris Nanterre, na França. Minha defesa de tese se deu quatro anos depois e, na ocasião, fui laureado com o renomado prêmio do Ministère de la Recherche, que distinguiu as melhores teses defendidas na França naquele ano, publicando-a em uma renomada coleção. De volta ao Brasil, meu sentimento era de que ainda havia uma relevante lacuna na compreensão do Direito Internacional em nosso país. Por este motivo decidi me dedicar à criação do CEDIN (Centro de Direito Internacional), cuja missão principal consistia na promoção do Direito Internacional, do Anuário Brasileiro de Direito Internacional, de cursos e congressos na área, além de uma extensa produção intelectual.

Em 2003, tive a oportunidade de trabalhar no departamento jurídico da Corte Internacional de Justiça, a principal jurisdição internacional das Nações Unidas.

> "...fui laureado com o renomado prêmio do Ministère de la Recherche, que distinguiu as melhores teses defendidas na França"

Me mudei, então, com minha esposa e meu primeiro filho para Haia, nos Países Baixos, e trabalhei como assessor do corpo jurisdicional. Era uma das primeiras vezes em que um brasileiro ocupava esse prestigiado posto. E um fato curioso é que a Corte contava naquele momento com um juiz de nacionalidade brasileira, mas igualmente oriundo da imigração libanesa: o ministro Francisco Rezek. Em seguida, e diante da possibilidade de nascimento de meu segundo filho, decidi retornar ao Brasil na expectativa de que ambos pudessem desfrutar do convívio com a família na infância. Deste modo, reassumi minhas atividades e decidi transformar o CEDIN em uma escola de referência, oferecendo cursos de pós-graduação em outras áreas.

Concomitantemente, comecei a publicar uma série de livros e artigos científicos que me conduziram a uma atividade acadêmica intensa e me levaram novamente ao exterior. Neste período, ministrei aulas na Sorbonne, em Paris, bem como nas Universidades de Caen, Aix-en-Provence e Cambridge, dentre outras. Fui, então, convidado pelo Ministério das Relações Exteriores a proferir a prestigiada palestra “Gilberto Amado”, dedicada aos membros da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas em Genebra, na Suíça.

Em 2013, fui indicado pelo Governo Brasileiro e eleito pelo Tribunal Penal Internacional para compor uma lista consultiva de juristas aptos a avaliar as qualificações dos candidatos à posição de juiz do referido Tribunal, que havia sido criado pelo Tratado de Roma em 1998, e já teve nos seus quadros uma juíza brasileira. Participei deste Comitê até 2014. Neste mesmo ano, a Presidência da República e o Itamaraty decidiram propor o meu nome como candidato ao posto de Juiz do Tribunal Penal Internacional, representando, portanto, todo o grupo Latino-Americano. Permaneci em campanha na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

A eleição se deu em dezembro de 2014

> “Em 2013, fui indicado pelo Governo Brasileiro e eleito pelo Tribunal Penal Internacional para compor uma lista consultiva de juristas aptos a avaliar as qualificações dos candidatos à posição de juiz”

e, apesar de uma boa votação, não vim a ser eleito. Eram apenas três vagas disponíveis para a universalidade dos estados e não para os grupos regionais. O tribunal se recompôs na mesma subdivisão geográfica, sendo eleitos um juiz francês, um alemão e um africano. Em 2015, retornei ao Brasil e às minhas atividades junto ao CEDIN e ao escritório de Advocacia Nemer & Guimarães, em parceria com a Dra. Maria Celeste Guimarães. Concluímos diversos processos importantes. Recentemente, conduzimos a administração judicial da empresa Mendes Júnior no processo de recuperação judicial, que recebeu aprovação nas últimas semanas.

Redescobri igualmente neste período minha vocação musical e, em 2016, lancei um CD com composições próprias. Foi uma experiência maravilhosa e preparo agora o segundo álbum. Também sou autor de uma dezena de livros jurídicos e aproximadamente duzentos artigos. Atualmente, sou professor na Graduação, no Mestrado e no Doutorado do curso de Direito da PUC/ Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e chefe do Departamento na UFRJ (Universidade Federal de Minas Gerais), na área de Direito Internacional.

Por que você escolheu o Direito Internacional?

Tenho muito interesse em contribuir para um sistema mais atuante e efetivo na busca da paz. O Direito Internacional traz legitimidade ao processo e é a única alternativa ao uso indiscriminado da força com todas as consequências nocivas, que libaneses e descendentes, assim como outros povos,

conhecem bem. Tem uma frase atribuída a Rui Barbosa que, embora distante no tempo, parece ainda bem atual: “A força do direito deve substituir o direito da força”.

Por outro lado, me interesso particularmente pelo Direito Internacional como modelo de proteção dos Direitos Humanos e, de modo muito especial, pelo desenvolvimento do Direito Internacional penal. Creio que este é um importante instrumento tanto na promoção da dignidade da pessoa humana, quanto no combate à impunidade, na medida em que auxilia na responsabilização subjetiva do indivíduo no âmbito internacional. O Direito Internacional penal aparece, portanto, como garantia subsidiária a tipificação estatal, em situações em que o estado se torna incapaz ou não desejoso de prover a justiça penal.

Hoje em dia há interesse no país pelo Direito Internacional?

Sem dúvida. Há 30 anos, o Direito Internacional era algo exótico e distante, reservado a estrutura diplomática. Os tempos mudaram e o isolamento do regime militar deu origem à abertura dos anos 90, a globalização, a uma constituição democrática, que promove a cooperação, e a um cenário internacional muito mais aberto, distante dos preceitos da guerra fria onde novos temas devem ser tratados. A realidade internacional hoje implica necessariamente em uma ordem normativa complexa, tratando de questões muito variadas como o meio ambiente, os refugiados, o direito do mar, o comércio internacional etc.

Quando iniciei minha carreira eram pouquíssimos os juristas interessados na matéria. Este parecia ser um assunto ligado unicamente ao Itamaraty e à carreira diplomática. Hoje, o Direito Internacional é uma das cadeiras mais proeminentes nas universidades, oferecendo possibilidades concretas de trabalho nas áreas pública e privada. Ele está presente em concursos importantes, tanto na magistratura federal como na procuradoria federal, e tem atuação direta

na área empresarial ou de consultoria. A prova disto é que há 13 anos realizo o curso de Inverno em Direito Internacional com a participação de jovens estudantes de todo o Brasil

Você acha que o Brasil está preparado para ter um papel maior nos conflitos internacionais?

Essa é a vocação do Brasil. O nosso país é geograficamente importante, economicamente relevante, e tem, tradicionalmente, uma política externa independente e respeitada, uma espécie de terceira via, muito marcante na esfera internacional. Tem igualmente um histórico indicativo de participação nos processos de preservação da paz. O país sempre agiu com cautela e prudência, sendo uma nação respeitada por suas posições. Tenho admiração pela política externa brasileira.

Como avalia a busca dos alunos pelos assuntos do Direito Internacional?

O número de alunos interessados está cada vez maior e não se resume às universidades com maior prestígio. Ao contrário, o estudo do Direito Internacional tem avançado de maneira geral em todas as partes do Brasil, em instituições de ensino das mais variadas vertentes e mesmo dentro dos cursos de Relações Internacionais, outra modalidade de grande destaque no ensino da matéria. Tal fenômeno pode ser observado pelo sucesso e pela continuidade da pós-graduação do CEDIN, que oferece tal especialização há mais de 12 anos.

Agora vamos falar sobre o Líbano. Que legado você herdou de seus avós, falando dos aspectos social, cultural e de valores?

Um libanês nunca é imune à tradição. Ela é algo muito presente na nossa cultura, e nos vincula a nossa essência. Comigo não é diferente. O histórico da imigração libanesa no Brasil, assim como o da minha família, é de luta, esforço e dedicação ao trabalho. Eu entendo que este desejo de se superar e vencer é um dos principais valores, per-

manentemente transmitidos de geração em geração. Tal fenômeno talvez possa ser explicado pelo histórico milenar, bem como pela situação geográfica do Líbano. Creio que isso esteja integrado ao nosso DNA. O libanês é necessariamente um lutador, ele realmente encara as adversidades. Esse é um dos pontos que me traz mais orgulho.

Os libaneses que imigraram, como os meus avós, vieram no início do século para fugir do tifo, da gripe espanhola e da fome causada pela Primeira Guerra Mundial. As razões da imigração posterior não são menos traumáticas. O imigrante ou refugiado enfrenta muitas dificuldades, mesmo em uma terra acolhedora e boa como o Brasil. Temos uma dívida com eles, e toda a força exigida para constituir uma família nestas condições é motivo de grande inspiração e orgulho. Acredito que a união é um valor essencial da família.

Outros valores importantes são a união e a solidariedade familiar. Estes são elementos maravilhosos, característicos da força da cultura libanesa e que, em nosso caso, pode ser exemplificado pela inteligência e o senso de preservação da minha avó. Ela ficou viúva muito cedo, ainda na década de 50, com sete filhos. Na ocasião, o contexto exigia que todos trabalhassem e entregassem o dinheiro integralmente para que ela sustentasse a família, criando assim uma capacidade de agir em conjunto dentro do núcleo familiar, o que é fascinante. Essa herança é muito importante. O amor pela família e a dedicação para mantê-la unida é algo que considero essencial.

O terceiro ponto que considero relevante da cultura libanesa decorre da capacidade que o libanês tem de se adaptar. O Líbano é um país historicamente conturbado por progressos e regressos, desde o império romano até a ocupação otomana, islâmica, cristã, imperial, colonial. Assim sendo, o libanês precisou subsistir as características multifacetárias de um território pequeno, em permanente ameaça e mutação, em uma terra imaginária na qual aquilo que os une

> "Os libaneses que imigraram, como os meus avós, vieram no início do século para fugir do tifo, da gripe espanhola e da fome causada pela Primeira Guerra Mundial"

é a preservação de seus valores essenciais. O libanês é, portanto, um sobrevivente, que soube lidar com as necessidades de adaptação devido às intempéries pelas quais passou sua nação, mantendo a essência de sua natureza.

Trago no sangue a herança dessa cultura, que, embora distinta da brasileira, com ela se assemelha, tendo em vista que o Brasil, por razões diversas, também é um país de adaptação, luta e com uma capacidade admirável de acolhimento. Me sinto honrado e privilegiado de trazer no meu sangue a mistura destas duas culturas. ■



O professor Leonardo Nemer Caldeira Brant acredita que a união e a solidariedade familiar são elementos maravilhosos, característicos da força da cultura libanesa